

# Condições Gerais

## Generali +Renda



### Generali – Companhia de Seguros S.p.A.

**Sede:** Rua Duque de Palmela, n.º 11 | 1269-270 Lisboa

**Tel:** 213 112 800 | **Fax:** 213 563 067 | **Email:** [generali@generali.pt](mailto:generali@generali.pt) | [www.generali.pt](http://www.generali.pt)

Sucursal em Portugal da Assicurazioni Generali, S.p.A. – Sede em Trieste – Itália – Companhia de Seguros fundada em 1831 | **Capital Social Euros:** 1.556.873.283,00 | **N.I. Fiscal:** 980 060 613  
Matriculada na Conservatória do Reg. Comercial de Lisboa

**Linha de Apoio ao Cliente:** 213 504 300 | Disponível de 2.ª a 6.ª das 9h00 às 18h00.

Entre as 18h00 e as 9h00 estão ativos serviços de Assistência em Viagem e Assistência ao Lar.  
Todas as opções do menu telefónico contemplam um atendimento personalizado.

[generali.pt](http://generali.pt)

Mod. IM 20/02 (PAT\_CA/03/2013)





# Índice

## 5. Condições Gerais

### 5. Cláusula Preliminar

### 5. Cláusula 1.<sup>a</sup> – Definições

### 7. Cláusula 2.<sup>a</sup> – Objeto do Contrato

### 8. Cláusula 3.<sup>a</sup> – Informações na Vigência do Contrato

### 8. Cláusula 4.<sup>a</sup> – Início da Cobertura e de Efeitos

### 8. Cláusula 5.<sup>a</sup> – Duração

### 8. Cláusula 6.<sup>a</sup> – Incontestabilidade

### 8. Cláusula 7.<sup>a</sup> – Erro Sobre a Idade da(s) Pessoa(s) Segura(s)

### 8. Cláusula 8.<sup>a</sup> – Designação Beneficiária

### 8. Cláusula 9.<sup>a</sup> – Alteração e Revogação da Cláusula Beneficiária

### 8. Cláusula 10.<sup>a</sup> – Pagamento dos Prémios

### 9. Cláusula 11.<sup>a</sup> – Resolução do Contrato

### 9. Cláusula 12.<sup>a</sup> – Resgate e Redução do Contrato

### 9. Cláusula 13.<sup>a</sup> – Revalorização Automática

### 9. Cláusula 14.<sup>a</sup> – Participação nos Resultados

### 10. Cláusula 15.<sup>a</sup> – Documentos que Devem Acompanhar o Pedido de Liquidação das Importâncias Devidas pelo Segurador

### 10. Cláusula 16.<sup>a</sup> – Liquidação das Importâncias Devidas pelo Segurador

### 10. Cláusula 17.<sup>a</sup> – Regime Fiscal

### 10. Cláusula 18.<sup>a</sup> – Comunicações e Notificações Entre as Partes

### 10. Cláusula 19.<sup>a</sup> – Prova de Vida

### 11. Cláusula 20.<sup>a</sup> – Reposição em Vigor do Contrato

### 11. Cláusula 21.<sup>a</sup> – Lei Aplicável, Reclamações e Arbitragem

### 11. Cláusula 22.<sup>a</sup> – Foro



# Condições Gerais

## CLÁUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **GENERALI VIDA – Companhia de Seguros S.p.A.**, adiante designada por Segurador, e o Tomador do Seguro mencionado nas Condições Particulares estabelece-se um Contrato de Seguro que se regula pelas presentes Condições Gerais e pelas Condições Particulares.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados da Pessoa Segura, os dados do representante do Segurador para efeitos dos sinistros e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. Sempre que a interpretação do texto o permita, o masculino englobará o feminino e o singular o plural e vice-versa.
4. Por parte do Segurador só o seu Órgão de Gestão, diretamente ou por procuração, tem poderes para celebrar, modificar ou resolver contratos, prorrogar vencimentos de prémios, revalidar direitos perdidos ou assumir quaisquer obrigações para com o Tomador.

## CLÁUSULA 1.<sup>a</sup> Definições

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

- A. APÓLICE** – Conjunto de condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o Contrato de Seguro celebrado.
- B. SEGURADOR** – A entidade legalmente autorizada para a exploração do Ramo Vida, que subscreve o presente contrato.
- C. TOMADOR DO SEGURO** – A pessoa ou entidade que contrata com o Segurador, sendo responsável pelo pagamento do prémio.
- D. SEGURADO/PESSOA SEGURA** – A pessoa singular titular do interesse seguro e sobre quem impende a eventual materialização dos riscos cobertos.
- E. BENEFICIÁRIO** – Pessoa singular para quem reverte a prestação do Segurador, por efeito da cobertura prevista na Apólice.
- F. ACTA ADICIONAL** – Documento que titula eventuais alterações à apólice, dela passando a fazer parte integrante para todos os efeitos legais e contratuais.
- G. PRÉMIO ÚNICO** – Preço devido pelo Tomador do Seguro ao Segurador pela contratação do seguro de Renda e pago de uma só vez na data de celebração do contrato.
- H. RENDA IMEDIATA POSTECIPADA** – Pagamentos periódicos efetuados pelo Segurador à Pessoa Segura. O primeiro pagamento e os sucessivos serão efetuados no final de cada período anual ou sua fração (semestral, trimestral ou mensal) a contar da data de início do contrato.
- I. FRACCIONAMENTO** – Opção de recebimento do valor da Renda anual em frações semestrais, trimestrais ou mensais. As frações mensais poderão ser pagas em doze, treze ou catorze vezes por ano.
- J. REVALORIZAÇÃO AUTOMÁTICA** – Opção de contratação da Renda que prevê o aumento seu valor anual, em razão de um percentual fixo estipulado no começo do contrato.
- K. RESGATE** – Montante entregue ao Tomador do Seguro em caso de cessação antecipada do contrato nas condições em que tal se encontra previsto.

**L. REDUÇÃO** – Valor do capital em caso de cessação antecipada do pagamento de prémios nas condições em que tal se encontra previsto.

**M. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS** – Direito contratualmente previsto da Pessoa Segura de beneficiar de parte dos resultados financeiros gerados pelo presente contrato, em razão dos quais poderá ser aumentado o valor da Renda em curso de pagamento.

**N. CRS – “Common Reporting Standard”** ou Norma Comum de Comunicação, é um regime desenvolvido no âmbito da Troca Obrigatória e Automática de Informação Fiscal - modelo apresentado pela Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Económico (“OCDE”), com o objetivo de combater a fraude e evasão fiscal transfronteiriça a nível mundial, incidindo sobre património e rendimentos ou outros ganhos de investimentos obtidos em países diferentes da residência fiscal do Cliente. Em vigor desde o dia 1 de Janeiro de 2016, este regime é aplicável a todas as Instituições Financeiras dos países aderentes com previsão na Lei. Em Portugal, a legislação aplicável é o Artigo 188º da Lei 7-A/2016 (Orçamento do Estado de 2016) e o Decreto-Lei N.º 64/2016.

**O. FATCA – “Foreign Account Tax Compliance Act”** – Faz parte integrante do 4.º Capítulo do “Internal Revenue Code” (IRC) da Autoridade Fiscal dos EUA (IRS – Internal Revenue Service). O referido Capítulo 4.º amplia o regime de reporte de informações fiscais sobre contribuintes norte-americanos ao impor às Instituições Financeiras Estrangeiras (“FFIs”), inclusive as Companhias de Seguros, o dever de comunicar essa informação e documentação de suporte, estabelecendo regras de retenção na fonte sobre pagamentos.

Informações sujeitas a comunicação – Em cumprimento das disposições do FATCA, estão sujeitos a comunicação, nomeadamente, os seguintes dados:

- a.** Nome, morada e número de identificação fiscal norte-americano.
- b.** O número da apólice.
- c.** O nome e número identificador da Generali Vida.
- d.** O saldo de conta do contrato e/ou o valor de resgate, no final de cada ano civil relevante ou outro período de comunicação apropriado ou, caso o resgate total tenha ocorrido durante esse ano, no momento imediatamente anterior ao mesmo.

O previsto acima aplica-se quando o Tomador de Seguro, a Pessoa Segura e/ou o o Beneficiário, em qualquer caso quem tiver o direito a fazer seu o montante aplicado no Contrato de Seguro e/ou dividendos dele resultantes.

**P. PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS** – São consideradas “Pessoas politicamente expostas” as pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam até há um ano, altos cargos de natureza política ou pública, bem como os membros próximos da sua família e pessoas que reconhecidamente tenham com elas estreitas relações de natureza societária ou comercial conforme a Lei n.º 25/2008, art.º 2º, n.º 6). Consideram-se:

**a.** Altos cargos de natureza política ou pública:

**I.** Chefes de Estado, chefes de Governo e membros do Governo, designadamente ministros, secretários e subsecretários de Estado.

**II.** Deputados ou membros de câmaras parlamentares.

**III.** Membros de supremos tribunais, de tribunais constitucionais, de tribunais de contas e de outros órgãos judiciais de alto nível, cujas decisões não possam ser objeto de recurso, salvo em circunstâncias excecionais.

**IV.** Membros de órgãos de administração e fiscalização de bancos centrais.

**V.** Chefes de missões diplomáticas e de postos consulares.

**VI.** Oficiais de alta patente das Forças Armadas.

**VII.** Membros de órgãos de administração e de fiscalização de empresas públicas e de sociedades anónimas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, institutos públicos, fundações públicas, estabelecimentos públicos, qualquer que seja o modo da sua designação, incluindo os órgãos de gestão das empresas integrantes dos sectores empresariais regionais e locais.

**VIII.** Membros dos órgãos executivos das Comunidades Europeias e do Banco Central Europeu.

**IX.** Membros de órgãos executivos de organizações de direito internacional.

**b.** Membros próximos da família:

**I.** O cônjuge ou unido de facto.

**II.** Os pais, os filhos e os respetivos cônjuges ou unidos de facto.

**c.** Pessoas com reconhecidas e estreitas relações de natureza societária ou comercial:

**I.** Qualquer pessoa singular, que seja notoriamente conhecida como proprietária conjunta com o titular

do alto cargo de natureza política ou pública de uma pessoa coletiva, de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica ou que com ele tenha relações comerciais próximas.

- II. Qualquer pessoa singular que seja proprietária do capital social ou dos direitos de voto de uma pessoa coletiva ou do património de um centro de interesses coletivos sem personalidade jurídica, que seja notoriamente conhecido como tendo como único beneficiário efetivo o titular do alto cargo de natureza política ou pública.

## **CLÁUSULA 2.<sup>a</sup>** **Objeto do Contrato**

1. Contra o pagamento do prémio único por parte do Tomador, o Segurador obriga-se a pagar uma Renda anual imediata, pagável em frações postecipadas, de acordo com uma das opções adiante especificadas.
2. A opção de Renda, seu valor anual inicial, o respetivo fracionamento e, caso aplicável, o percentual da revalorização automática anual, estão especificados nas Condições Particulares.

### **I. Renda Vitalícia**

1. Garante o pagamento à Pessoa Segura de uma Renda anual imediata, pagável em frações postecipadas, a partir da data de início indicada nas Condições Particulares, até a Pessoa Segura permanecer em vida.
2. Em caso de morte da Pessoa Segura, a Renda ficará automaticamente cancelada sem que seja devida qualquer devolução, indemnização ou compensação de qualquer espécie ou natureza.

### **II. Renda Vitalícia com Capital Garantido**

1. Garante o pagamento à Pessoa Segura de uma Renda anual imediata, pagável em frações postecipadas, a partir da data de início indicada nas Condições Particulares, até a Pessoa Segura permanecer em vida.
2. Em caso de morte da Pessoa Segura durante o período de 10 anos desde o começo do pagamento da Renda, o Segurador pagará ao(s) Beneficiário(s) designado(s) a diferença entre 1) o valor do prémio único pago e 2) o valor da Renda fracionada inicial multiplicado pelo número de pagamentos já efetuados.

### **III. Renda Vitalícia Reversível**

1. Essa opção de Renda prevê duas Pessoas Seguras e garante o pagamento à primeira Pessoa Segura de uma Renda anual imediata, pagável em frações postecipadas, a partir da data de início indicada nas Condições Particulares, até a primeira Pessoa Segura permanecer em vida.
2. Em caso de morte da primeira Pessoa Segura, o Segurador continuará a pagar à segunda Pessoa Segura a Renda multiplicada pelo percentual de reversibilidade especificado nas Condições Particulares, até a segunda Pessoa Segura permanecer em vida.
3. Na hipótese de morte da segunda Pessoa Segura antes da primeira Pessoa Segura e durante o período de percepção da Renda, a reversibilidade da Renda estará extinta sem direito a compensações ou devoluções dos valores pagos.

### **IV. Renda Vitalícia com prazo garantido de 5 anos**

1. Garante o pagamento à Pessoa Segura de uma Renda anual imediata, pagável em frações postecipadas, a partir da data de início indicada nas Condições Particulares, até a Pessoa Segura permanecer em vida e com pagamento garantido nos primeiros 5 anos.
2. Em caso de morte da Pessoa Segura antes de ter sido completado o prazo garantido de 5 anos, a Renda será paga ao(s) Beneficiário(s) designado(s) conforme o(s) percentuais indicados, pelo período restante do prazo mínimo de garantia.
3. Em caso de morte da Pessoa Segura, após o prazo mínimo de garantia, a Renda ficará automaticamente cancelada sem que seja devida qualquer devolução, indemnização ou compensação de qualquer espécie ou natureza.
4. No caso de um dos Beneficiários morrer antes de ter sido completado o prazo mínimo garantido, o valor da Renda será rateado entre os Beneficiários remanescentes até o vencimento do prazo mínimo garantido.
5. Não havendo qualquer Beneficiário remanescente, a Renda será paga aos herdeiros legais da Pessoa Segura, pelo prazo restante da garantia.

### **V. Renda Temporária**

1. Garante o pagamento à Pessoa Segura de uma Renda anual imediata, pagável em frações postecipadas, a partir da data de início até a data de

término do contrato indicada nas Condições Particulares.

2. Em caso de morte da Pessoa Segura antes do término do contrato, a Renda ficará automaticamente cancelada sem que seja devida qualquer devolução, indemnização ou compensação de qualquer espécie ou natureza.

### CLÁUSULA 3.<sup>a</sup> Informações na Vigência do Contrato

O Segurador, na vigência do contrato, deve informar o Tomador do Seguro de alterações relativamente a informações prestadas aquando da celebração do contrato que possam ter influência na sua execução.

### CLÁUSULA 4.<sup>a</sup> Início da Cobertura e de Efeitos

O presente contrato tem o seu início às zero horas da data estipulada nas Condições Particulares da apólice.

### CLÁUSULA 5.<sup>a</sup> Duração

O contrato durará pelo período definido nas Condições Particulares da apólice.

### CLÁUSULA 6.<sup>a</sup> Incontestabilidade

O Segurador não se pode prevalecer de omissões ou inexactidões negligentes na declaração inicial do risco decorridos dois anos sobre a celebração do contrato.

### CLÁUSULA 7.<sup>a</sup> Erro Sobre a Idade da(s) Pessoa(s) Segura(s)

1. O erro sobre a idade da(s) Pessoa(s) Segura(s) é causa de anulabilidade do contrato, se a idade verdadeira divergir dos limites mínimo e máximo estabelecidos pelo Segurador para a celebração deste tipo de Contrato de Seguro.
2. Não sendo causa de anulabilidade, em caso de divergência, para mais ou para menos, entre a ida-

de declarada e a verdadeira, a prestação do Segurador reduz-se na proporção do prémio pago ou o Segurador devolve o prémio em excesso, consoante o caso.

### CLÁUSULA 8.<sup>a</sup> Designação Beneficiária

1. Nas opções de Renda Vitalícia com Capital Garantido ou Renda Vitalícia com prazo garantido de 5 anos, o Tomador do Seguro, ou quem este indique, designa o Beneficiário, podendo a designação ser feita na apólice, em declaração escrita posterior recebida pelo Segurador ou em testamento.
2. Salvo estipulação em contrário, por morte da Pessoa Segura, a prestação do Segurador, quando prevista, é conferida:
  - A. Na falta de designação do Beneficiário, aos herdeiros da Pessoa Segura.
  - B. Em caso de pré-morte do Beneficiário relativamente à Pessoa Segura, aos herdeiros desta.
  - C. Em caso de pré-morte do Beneficiário relativamente à Pessoa Segura, tendo havido renúncia à revogação da designação beneficiária, aos herdeiros daquele.
  - D. Em caso de morte simultânea da Pessoa Segura e do Beneficiário, aos herdeiros deste.

### CLÁUSULA 9.<sup>a</sup> Alteração e Revogação da Cláusula Beneficiária

1. A pessoa que designa o Beneficiário pode a qualquer momento revogar ou alterar a designação, exceto quando tenha expressamente renunciado a esse direito ou tenha havido adesão do Beneficiário.
2. O poder de alterar a designação beneficiária cessa no momento em que o Beneficiário adquira o direito ao pagamento das importâncias seguras.
3. No caso de a Pessoa Segura ter assinado, juntamente com o Tomador do Seguro, a proposta de seguro de que conste a designação beneficiária ou tendo a Pessoa Segura designado o Beneficiário, a alteração da designação beneficiária pelo Tomador do Seguro carece do acordo da Pessoa Segura.
4. A alteração da designação beneficiária feita por pessoa diversa da Pessoa Segura ou sem o acordo desta deve ser comunicada pelo Segurador à Pessoa Segura.

## CLÁUSULA 10.<sup>a</sup> Pagamento dos Prêmios

1. Este contrato é estipulado a prêmio único, o qual é devido na data da celebração do contrato.
2. O prêmio só pode ser pago, ao Segurador, por débito direto, ou cheque sacado sobre uma conta corrente aberta em nome do Tomador do Seguro.
3. São de conta do Tomador todos os encargos de natureza fiscal e parafiscal inerentes ao presente contrato, bem como o encargo de cobrança e os demais custos legais ou contratualmente exigíveis.

## CLÁUSULA 11.<sup>a</sup> Resolução do Contrato

O Tomador do Seguro, sendo pessoa singular, pode resolver o contrato sem invocar justa causa, nos 30 (trinta) dias imediatos à data da receção da apólice com a devolução das importâncias já eventualmente pagas pelo Segurador.

## CLÁUSULA 12.<sup>a</sup> Resgate e Redução do Contrato

O presente contrato não confere direito a Valor de Resgate nem a Valor de Redução.

## CLÁUSULA 13.<sup>a</sup> Revalorização Automática

1. O valor da Renda indicada nas Condições Particulares poderá ser aumentado em cada anuidade do contrato de acordo com a percentagem escolhida pelo Tomador na proposta e indicada nas Condições Particulares. Esta faculdade, todavia, não se aplica na Renda Vitalícia com Capital Garantido.
2. Valor da Renda assim aumentada será certificada com a emissão da correspondente ata.

## CLÁUSULA 14.<sup>a</sup> Participação nos Resultados

1. O contrato tem direito a uma participação nos resultados financeiros anual desde o primeiro ano de vigência, inclusive.

2. Para este fim obriga-se o Segurador a alimentar uma Provisão para Participação nos resultados financeiros com um mínimo de 90% do saldo da conta de resultados, quando positiva, constituída da seguinte forma:

### • A Crédito:

- a. Rendimento dos ativos que representam as Provisões Matemáticas.
- b. Mais-valias resultantes da alienação de valores mobiliários representativos das Provisões Matemáticas.
- c. Mais-valias resultantes de alienação de imóveis representativos de Provisões Matemáticas.
- d. Transferência da Provisão de Participação nos Resultados a Atribuir.

### • A Débito:

- a. Rendimentos técnicos creditados às Provisões Matemáticas.
- b. Menos-valias resultantes de alienação de valores mobiliários representativos das Provisões Matemáticas.
- c. Menos-valias resultantes da alienação de imóveis representativos de Provisões Matemáticas.
- d. Menos-valias resultantes da valorização de ativos, não cobertas pela conta de Provisão de Participação nos Resultados a Atribuir.
- e. Despesas de gestão patrimonial (correspondente a 0,75 % das reservas de balanço de fim de exercício).
- f. Eventual saldo devedor da Conta de Resultados Financeiros do exercício anterior.

3. O montante e a distribuição da Participação de Resultados obedecem às seguintes regras:

**3.1.** A distribuição da participação anual nos resultados pelos contratos desta modalidade tem lugar após a data de aprovação das contas anuais da Generali Vida S.A.

**3.2.** O crédito efetivo da participação nos resultados, quando atribuída, será efetuado no início de cada ano civil, através da aquisição de uma Renda liberada a adicionar à Renda inicialmente contratada, tendo em conta a idade da Pessoa Segura naquela data.

#### **CLÁUSULA 15.<sup>a</sup>**

##### **Documentos que Devem Acompanhar o Pedido de Liquidação das Importâncias Devidas pelo Segurador**

1. A proposta do seguro deverá vir acompanhada de cópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte, ou, em alternativa, cartão do cidadão da(s) Pessoa(s) Segura(s).
2. Após a morte da Pessoa Segura, o pagamento das importâncias devidas pelo Segurador, quando previstas, será efetuado após entrega da Apólice e dos seguintes documentos:
  - Bilhete de identidade e cartão de contribuinte, ou, em alternativa, cartão do cidadão.
  - Certidão do assento de óbito.
  - Bilhete de identidade e cartão de contribuinte, ou, em alternativa, cartão de cidadão dos Beneficiários.
  - Certidão da escritura de habilitação de herdeiros ou certidão do processo de inventário, se a este houver lugar e desde que determinante para a regularização do benefício.

#### **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup>**

##### **Liquidação das Importâncias Devidas pelo Segurador**

1. A liquidação da Renda é efetuada nas datas mencionadas nas Condições Particulares da apólice.
2. Quando previstas, a liquidação das importâncias devidas pelo Segurador por morte da Pessoa Segura, será efetuada nos trinta dias subsequentes ao reconhecimento, pelo Segurador, de que a elas existe direito, diretamente ao Beneficiário, após o envio de todos os documentos necessários à sua regularização especificados na cláusula anterior.
3. As importâncias devidas pelo Segurador serão pagas ao Beneficiário designado ou, no caso de este já ter falecido, seguir-se-ão os critérios legais expressamente previstos no regime jurídico do Contrato de Seguro, no que concerne quer à designação quer à interpretação da cláusula beneficiária.
4. Se o Beneficiário for menor, o Segurador depositará em nome daquele, na instituição bancária indicada pelo Representante Legal do menor ou, na falta de indicação, num banco à escolha do Segurador, o capital devido.

#### **CLÁUSULA 17.<sup>a</sup>**

##### **Regime Fiscal**

1. O presente contrato encontra-se abrangido pelo regime fiscal previsto para as apólices e prémios de seguro de vida.
2. Os montantes pagos aos Beneficiários em caso de morte não estão sujeitos a imposto do selo.

#### **CLÁUSULA 18.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e Notificações Entre as Partes**

1. As comunicações ou notificações do Tomador do Seguro ou da Pessoa Segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do Segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do Segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O Segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuadas se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

#### **CLÁUSULA 19.<sup>a</sup>**

##### **Prova de Vida**

1. Durante a vigência do contrato, no decurso do mês de janeiro de cada ano civil, o Segurador enviará a cada Pessoa Segura carta endereçada ao domicílio contratual indicado na apólice para o efeito, a solicitar prova de vida, assim como informação atualizada de dados pessoais e fiscais para atualização da sua base de dados.
2. A prova de vida poderá ser efetuada através de uma das seguintes formas:
  - A. Pessoalmente, em qualquer escritório do Segurador, mediante apresentação de bilhete de identidade ou cartão de cidadão e cartão fiscal de contribuinte.

- B.** Através de carta, dirigida à Sede do Segurador, acompanhada de cópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão, cópia do cartão fiscal de contribuinte e original de declaração bastante emitida por entidade legal, para o efeito específico.
- 3.** Em caso de Renda temporária estipulada para fins de educação, a forma de comprovação poderá ser feita nos mesmos termos definidos para a prova de vida, nos termos das alíneas a) e b) do número anterior, devendo ser a documentação para o efeito, o registo de matrícula do estabelecimento de ensino oficial.
- 4.** Para os devidos fins, a Prova de Vida tem de ser feita, obrigatoriamente, até ao dia 15 de março de cada ano civil.
- 5.** O incumprimento no disposto nos números anteriores da presente cláusula implica o cancelamento do pagamento da Renda e a consequente anulação contratual.

## **CLÁUSULA 20.<sup>a</sup>**

### **Reposição em Vigor do Contrato**

A Pessoa Segura tem a faculdade de repor em vigor, nas condições originais, o seguro anulado nos termos do n.º 5 da Cláusula 19.<sup>a</sup>, dentro de um ano a contar da data da resolução, mediante o cumprimento dos procedimentos estipulados nos n.ºs 2 e 3 da Cláusula 19.<sup>a</sup>.

## **CLÁUSULA 21.<sup>a</sup>**

### **Lei Aplicável, Reclamações e Arbitragem**

- 1.** A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.
- 2.** Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços do Segurador identificados no contrato e, bem assim, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ([www.asf.com.pt](http://www.asf.com.pt)).
- 3.** Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei.

## **CLÁUSULA 22.<sup>a</sup>**

### **Foro**

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

